

ANHANGUERA: MITO FUNDADOR DE GOIÁS¹

Eduardo Gusmão de QUADROS*

RESUMO

A figura do bandeirante foi colocada na historiografia goiana como fundadora de uma sociedade. Neste artigo, estudamos como a escrita do passado em Goiás serviu à criação de um personagem heróico, gerando uma tradição acerca das origens. Isto aproximou o discurso histórico do mítico.

PALAVRAS-CHAVE: Bandeirante - Historiografia – Identidade - Goiás

“No coração do Brasil,
domínio da primavera
se estende a terra goiana
que nos legou Anhanguera

O bandeirante atrevido
Desbravador do sertão
Em cada pedra abalada
Deixou da audácia um padrão”
Hino do Estado de Goiás

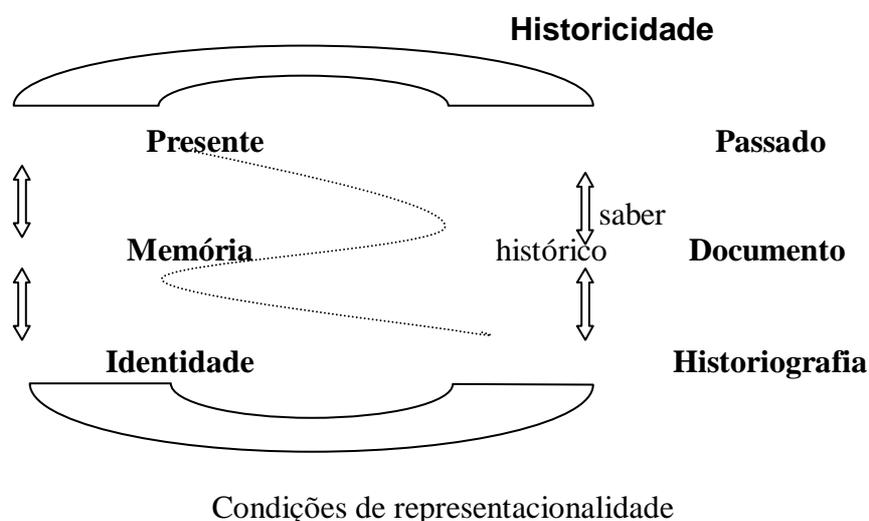
A imagem do bandeirante percorre os espaços goianos. Ela encontra-se incrustada em monumentos, praças, escolas, murais, ruas, até na bandeira da moderna cidade de Goiânia. Mas existe alguma relação histórica entre o segundo Anhanguera e a capital do Estado? Como essa personagem tornou-se uma referência simbólica dos goianos? Que mensagem tal utilização do passado intenta transmitir?

Descobrir esses jogos de palavras e imagens que fundam as tradições é também tarefa do historiador. Afinal, elas conformam um passado vivido; constituem uma atualização dos momentos antigos que costumamos investigar. Porém, esse material é freqüentemente reproduzido sem reflexão e através da relação crítica que a pesquisa histórica se formará.

¹ Esta pesquisa é fruto de um projeto de pesquisa financiado pela UEG em 2005 e contou com a colaboração dos professores Deuzair da Silva e Rodrigo Godoy.

* Doutor em História. Professor da Universidade Estadual de Goiás – UnU *Cora Coralina* – Goiás.

Essa posição não significa que sejamos isentos ou que possamos assumir uma postura de neutralidade. Nós, historiadores/as, não estamos também embebidos nessas tradições compartilhadas? Portanto, há uma dupla operação a ser feita: a primeira no eixo presente-memória-identidade e a segunda na vertente passado-documento-historiografia. As duas tríades possuem interligações tanto verticais quanto paralelas. Unindo as duas extremidades percebemos como a produção do saber histórico tem suas condições de representacionalidade dentro do campo de forças de uma configuração social que busca conhecer-se:



De forma geral, as relações intra-colunas são conhecidas na teoria histórica. A memória é um elemento sempre do presente, pois só pode ser invocada somente nessa temporalidade e é permanentemente reelaborada por ela. O condicionamento mútuo entre memória e identidade também é bastante claro, já que lembrar e esquecer são processos contínuos da manutenção identitária.

Do outro lado, encontramos os elementos comumente abordados nas obras históricas. O registro documental, de qualquer natureza, possui os vestígios de um passado a ser investigado, quicá, des-coberto. A análise e a refiguração narrativa daquele tempo formarão a escritura da obra histórica, ou seja, a *historiografia*.

E se concebermos a fonte documental como um registro da memória? Teríamos, então, a possibilidade de intercambiar as duas tríades através de seus elementos centrais. Por um caminho tortuoso, o presente gera o desejo de conhecer o que se passou, como e por que se passou. O modo de fazê-lo é transformar os vestígios deste *outro* tempo em documentos históricos. O termo documento, é bom lembrar, vem de *docere*, ensinar,

pois ele habilita a transmissão de um saber (LE GOFF, 1994, p.536). A historiografia interage com o que uma sociedade lembra e esquece; corrige e atualiza os modos de lembrança instituídos. Por isso, está influenciando nas constituições identitárias. Simultaneamente, elas demarcam um espaço para os protocolos teórico-metodológicos viabilizados. Se a obra histórica é filha de seu tempo, como ensinava Febvre, é porque ambos são parecidos.

Tais relações são visíveis na história de Goiás. Retomando as figurações e os usos do personagem Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, estudaremos como ele foi transformado em fundador do Estado e porque suas ações ainda são celebradas na atual capital.

O SUCESSO DO SUCESSOR

Goiás nasceu “com a bandeira descobridora e colonizadora do Anhanguera II” (v.g. FREITAS, 2004, p.39). Tomamos um exemplo da historiografia recente, mas a idéia não é nova, podendo ser encontrada em diversas obras. Como o nome do Estado e o da primeira vila se confundem, isso facilita a identificação do famoso bandeirante como o fundador de Goiás. Contudo, re-examinando a documentação, podemos levantar a questão: teria mesmo Anhanguera organizado Vila Boa de Goiás?

O *Hino de Goiás* (cf.epígrafe) fala da audácia e do atrevimento de Bartolomeu Bueno, o filho. Essa adjetivação heroicizante encontra-se já na pena de Silva e Souza, tido como “pai da historiografia goiana”². O escritor afirma em sua *Memória sobre o descobrimento, Governo, População e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás*, de 1814, que os conterrâneos paulistas consideravam o dito bandeirante um herói (1998, p.73). Prossegue descrevendo o caráter “naturalmente afoito, astucioso e azevado” do Anhanguera (id, ibid). O cenário constituído induz à idéia de que o valoroso súdito d’el Rei teria arriscado a vida corajosamente para beneficiar o Império Português.

Esta visão gloriosa do Movimento Bandeirante, influente na historiografia de Goiás, tem sua contraparte na obra de autores clássicos como Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda. Nos *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907, Abreu(1982, P. 113) analisou as entradas ao “sertão” pela ótica dos nativos,

² Na casa em que viveu, na Cidade de Goiás, o Instituto Histórico e Geográfico do Estado colocou uma placa onde tal epíteto foi escrito. Já no *Dicionário do Escritor Goiano*, José Mendonça Teles o chama de “pai da história de Goiás” (2000, p.195).

denunciando as inúmeras violências, crimes e ilegalidades cometidas (1982:113ss). Já Holanda (1990, P. 182) envereda pela história social, descrevendo em *Monções*, de 1945, a situação de pobreza da Vila de Piratininga e a solução das jornadas dos bandeirantes como uma empresa puramente comercial para fugir da miséria.

Não tentaremos aqui construir uma via média, pois a busca de equilíbrio nem sempre é a melhor posição. Anhanguera possivelmente estava endividado quando se ofereceu ao governador Rodrigo César de Menezes para fazer uma expedição às terras do *gentio* Goiás. Na suas lembranças, ele havia andado com o pai, quando tinha doze anos, pela região do rio Araguaia, havendo ali recolhido algum ouro. Mas qual o motivo de procurar retornar àquele local com a idade de quase sessenta anos? Por que seu “impulso aventureiro” teria arrefecido por praticamente meio século?

Em 1719, as abundantes minas de Cuiabá tinham sido encontradas, o que reacendeu os sonhos de enriquecimento fácil dos paulistas. Àquela altura, o que o pai homônimo amealhara nas Minas Gerais parece ter sido dissipado. Com discrição, a carta do governador informando à metrópole sobre a bandeira anhanguerina afirma que, apesar de Anhanguera possuir “muita experiência do sertão dos Guayazes”, ele não fizera “o seu descobrimento por falta de meios” (Resgate, Cap. de São Paulo, 1, doc.250)³.

O financiador da expedição foi João Leite da Silva Ortiz, que precisou vender “ricas lavras no Rio das Velhas” (SALLES, 1992, p.70). Completaram a bandeira os homens sob a chefia de Domingues Rodrigues do Prado. Vê-se que existe um grande descompasso entre a memória social acerca da figura de Bartolomeu Bueno e a dos outros bandeirantes.

A partida de São Paulo, informa a documentação, ocorreu em julho de 1722. Por quase três anos a tropa permaneceu perdida. É provável que tenha ido ao atual Mato Grosso sondar os rios. Há notícia de uma parada no rio Pilões, com algum sucesso nas prospecções (SOUZA, 1998, p.75). Porém, este não era o lugar onde Bartolomeu Bueno, o pai, tinha achado índios mansos com filetes de ouro. As revoltas, mortes e fugas ocorridas deixavam a continuidade daquela exploração inviável. Quanto a isso, há controvérsias.

O mais provável é que a bandeira tenha retornado sem atingir seu objetivo.

³ José Martins Pereira Alencastre, escrevendo na segunda metade do século seguinte, repete a afirmação deste documento: “Não dispondo por si só dos meios que carecia para a realização de tão alta empresa, associou-se...” (1979, p.33).

A notícia das duas expedições é clara na “Relação” escrita por José Ribeiro da Fonseca, em 1784, e na obra de Silva e Souza (id, p.77)⁴. Numa carta ao governo do Rio de Janeiro, datada de 15 de março de 1724, D. Rodrigo fala na pobreza de São Paulo e que fora difícil reunir vinte e poucos casais indígenas para enviar no empreendimento do “descobrimento de Goiás” (Resgate, Cap. de São Paulo, 1, doc.374). No início do ano seguinte, ele enviou novo reforço (id, doc. 485).

A historiografia goiana foi lentamente rejeitando este malogro. Alencastre fala da existência de duas tradições na Goiás de seu tempo: a que o bandeirante encontrou o procurado ouro na primeira viagem e a que punha seu sucesso somente na segunda entrada. Apressa-se, então, a defender a primeira versão:

os documentos que dela rezam, os quais compulsamos com algum cuidado, fortificamos na convicção de que Bueno viu nessa primeira viagem coroados os seus desejos, e conseguiu plenamente o almejado fim dos seus trabalhos... (1979, p.38).

O raciocínio traz a retórica do convencimento. Sua opinião consistiria em uma “convicção” fundada em documentos cuidadosamente analisados. Já Silva e Souza, criticado no texto por ter escrito essa “novela mal contada” (id, ibid), não cita suas fontes objetivamente. O Governador Alencastre prefere *coroar* os desejos e habilidades de Anhanguera, descobridor de Goiás. Chama-o na seqüência do texto de “novo Colombo” e evoca, em contraposição à vertente crítica da História que parece seguir, a *Divina Providência* como causa histórica: “Quis, porém, a Divina Providência que, depois de três anos dos maiores sofrimentos, chegasse a Bueno com sua gente ao ponto do seu almejado destino” (id, ibid.).

O bandeirante, assim, cumpriu seu *destino histórico*. Deus agiu através dele, tornando-se, assim, o período em que andou perdido muito mais uma provação. Fez o *descobrimento* por suas próprias forças, pois quando o governador de São Paulo estava preparado para enviar-lhe socorros, chegou Anhanguera com as demonstrações do sucesso de sua “empresa” (id, p.42).

⁴ A *Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás, por Bartolomeu Bueno da Silva, escrita por José ribeiro da Fonseca* está inserida na *Notícia Geral da Capitania de Goiás* (Bertran, 1997, p.45-49). Ele afirma que Anhanguera se recolheu a São Paulo em 1725 e “prosseguiu a preparar-se para nova entrada, e com efeito no ano seguinte de 1726 saiu segunda vez de São Paulo...” (id, p.48). O padre Luís Antônio de Silva e Souza diz que com vergonha do insucesso, Anhanguera ficou escondido em São Paulo (id, ibid), surgindo talvez daí as notícias desencontradas quanto a este retorno.

A versão da vitoriosa primeira viagem foi corroborada por autoridades como Americano do Brasil. Se a concepção providencialista desapareceu em seus textos, o sentimento de veneração com a personagem fora conservado. Bartolomeu Bueno, escreve aquele autor, tornou-se “digno da legenda” (cf.1980, p. 29). O termo legenda, como lembra Michel de Certeau (1996, p.84), remete à forma correta de leitura e interpretação, àquilo que deve ser apreendido da “lei” de uma lenda.

Professor Americano retarda na sua narrativa até o último momento a descoberta do ouro, ainda em 1725, tratando o achado como um ato de *fundação*:

[...] quando já era insustentável a explosão da rebeldia dos comandados de Bartolomeu, eis que a bandeira descobre o famoso lugar em que pelo mesmo tempo, havia estado o sertanista em companhia do primeiro Anhanguera, localidade que se supões ser o ferreiro, segundo uns, e a Barra segundo outros e cuja fundação marca o início do povoamento de Goiás (BRASIL, 1980, p.30).

As dúvidas quanto ao local correto não abalam a certeza acerca do *início*, tanto da História de Goiás como do *povoamento* - na verdade a colonização despovoadora. O clima de heroísmo é reforçado pelo caráter “audaz”, pela “tenacidade”, pela “inabalável convicção” de encontrar o lugar certo. É claro que na pena de Americano, o movimento bandeirante é uma “grande epopéia” (id, ibid). Poderia fracassar alguém com tal investidura? O “pioneiro” Anhanguera vai a São Paulo apenas proclamar sua *descoberta*. Em 1726, volta a Goiás com plenos poderes (id, p.31).

Com um pouco mais de dados, essa visão da Bandeira foi retomada no primeiro manual didático de História de Goiás, publicado em 1932 (Brasil, 1982, p.31). Ela se consolidou e assumiu a forma de uma tradição⁵. No manual feito por Luís Palacin e Maria A. de Sant’Ana Moraes, na década de noventa, a versão foi reproduzida: “quando já lhe restavam poucos companheiros, descobriu ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho” (PALACIN E MORAES, 2001, p.11). A diferença é que, dessa vez, o ouro surge já na zona da atual Cidade de Goiás. Anhanguera torna-se, portanto, o fundador da Vila Boa.

⁵ Conforme Ricoeur (1997), nos jogos sociais da manutenção identitária há processos de institucionalização de narrativas, que percorrem os estágios da tradicionalidade à tradição. Esta última atingiria a hegemonia.

A INJUSTIÇA HISTÓRICA

Essa informação é a que circula na antiga capital. Ela mantém, inclusive, a cruz chantada na criação do vilarejo. Podíamos discutir a informação a partir da cronologia dos “descobertos” do ouro. Na época do padre Silva e Souza, as vozes eram controversas: uns diziam ter surgido inicialmente o Arraial do Ferreiro, outros o lugar de Ouro Fino. Povoação mesmo, ele cita a Barra como a primeira (hoje, Buenolândia). O Arraial de Sant’Anna vem depois, tendo Anhanguera por lá morado (1998, p.77-79). No relato de Ribeiro da Fonseca, as informações se assemelham (1997, p. 48). Entretanto, não cremos ser essa ordem cronológica tão relevante. Maior importância tem a compreensão do processo de criação de Vila Boa de Goiás.

A hipótese que nos surge com o exame da documentação é que a primeira e única vila criada na Capitania de Goiás foi fundada justamente *contra* a vontade de Bartolomeu Bueno da Silva. Vejamos o porquê.

Com as riquezas encontradas no sertão de Goiás, o governador de São Paulo concedeu ao bandeirante o cargo de capitão-mor da nova região. Em agosto de 1732, o Conde de Sazerdas refere-se a ele como “superintendente” das minas e fala de seu zelo na administração (Cartas dos governadores, 1980, p.39). Contudo, dois meses depois reclama de seu excesso de autoridade na condenação de alguns povoadores. Isso gerou insatisfação nos súditos d’El Rei que habitavam Goiás (id, p.40).

Dois anos depois, o conde relata um caso de desobediência explícita de suas ordens, levantando suspeitas de corrupção. Havia notícias da existência de diamantes na zona dos rios Claro e Pilões. Na legislação, tal extração pertenceria exclusivamente à Coroa Portuguesa ou a quem ela arrendasse. Anhanguera fez uma expedição para averiguar e acabou excedendo-se nas pesquisas, demorando mais que o devido. Provocou ainda um conflito com os índios Caiapó que deixou “desertos” ambos os rios (id, p.43).

Na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, temos também um retrato não muito positivo da administração do bandeirante. Uma carta do vigário do arraial de Sant’Ana, datada de 5 de maio de 1732, descreve os muitos “descaminhos” do ouro e afirma que a Fazenda Real “em nada” tem aproveitado daquelas extrações. A citada correspondência não nomeia Bartolomeu Bueno, mas refere-se à tentativa do “governador”, como é chamado, de esconder o que se passava nos *Goyazes* (Resgate, Cap. de Goiás, 1, doc.4).

Já o requerimento de outro clérigo, frei Cosme de Santo André, faz várias acusações contra o “descobridor”. Ele tinha tomado posse de diversas *passagens* que não tinha direito - rio Grande, rio das Velhas, Parnaíba, Guacorumbá, Meia Ponte – cobrando taxas excessivas (Resgate, Cap. de Goiás, 1, doc.5). Além disso, impedia que se fizessem roças ali, vendendo seus produtos a preços exorbitantes. Anhanguera ainda estava explorando indevidamente os índios. Tinha vendido mais de cem homens retirados de uma aldeia Caiapó (id., p.2). Como no caso anterior, percebe-se a existência de conflitos entre este religioso, que acompanhara a entrada de 1722, e o bandeirante.

O coro foi reforçado, em 1735, pelo recém empossado superintendente das Minas de Goiás, Gregório Dias da Silva. Seu antecessor, afirma, ignorava as leis régias, permitindo até a permanência de estrangeiros na região (Resgate, Cap. de Goiás, 1, Doc.13). As ordens de São Paulo eram regularmente descumpridas e a corrupção grassava na Intendência, ou seja, na instituição responsável pelo controle do contrabando e pela administração dos impostos. As acusações acerca da exploração indevida do trabalho indígena, bem como dos altos preços das passagens se repetem (id, p.5).

As insistentes denúncias levaram o Conselho Ultramarino a podar os direitos do *descobridor*. Suas competências foram retalhadas através da criação de novos cargos, processo iniciado já em 1731 (cf.Resgate, Cap. de São Paulo, 1, doc.756)⁶. Em fevereiro de 1736, a carta régia *criando* Vila Boa de Goiás foi expedida⁷. O governador de São Paulo deveria ir pessoalmente demarcar o lugar, iniciando as construções necessárias aos órgãos: Casa da Câmara, Cadeia, Audiências, Oficinas públicas, Igreja, etc. As eleições seriam imediatas (*apud* COELHO, 1996, p.12).

A ordenança foi cumprida parcialmente pelo governador D. Antonio Luiz de Távora, que faleceu na viagem. O governador seguinte veio, então, efetivar a carta régia em 1739. A esse governador, D.Luís de Mascarenhas, é atribuída a história da doação de uma arroba de ouro a Bartolomeu Bueno, que estaria muito pobre, devido aos

⁶ A narrativa de Silva e Souza segue a direção que apontamos. Ele diz que Bartolomeu Bueno continuou “a exercitar a sua jurisdição com toda a plenitude de poderes, até que paulatinamente se lhe foi coarctando, primeiramente com a chegada do ouvidor de S. Paulo, Gregório Dias da Silva, que veio com o título de superintendente...; depois com a vinda do Conde de Sazerdas, que nomeou um comandante, que foi o capitão de dragões José de Morais Cabral...” (1998:83). A narrativa de Alencastre, de maneira mais enxuta, possui conteúdo idêntico (1979, p.47).

⁷ Em nenhum momento o documento fala em elevação do Arraial de Sant’Ana, que sequer é nomeado. O governador escolheria o sítio onde a vila seria criada, próximo a *algum* arraial já existente. Silva e Souza (1998, p.85) também utiliza o verbo “criar” para a Vila. O texto integral da Carta Régia pode ser lido em Coelho (1996, p.12-14).

inúmeros serviços prestados à Coroa. Como depois os órgãos metropolitanos não aprovaram o procedimento, a família teria os bens seqüestrados para a restituição do valor.

Esse caso foi narrado pelo padre Silva e Souza (1998, p.82) e reproduzido por outros cronistas, sendo de difícil comprovação. A *doação* dessa quantidade de ouro, de qualquer modo, nos parece estranha. É mais provável que o processo contra Anhanguera tenha ocorrido pelas inúmeras denúncias sobre sua administração. Não encontramos tal processo, mas há notícia de uma devassa correndo pelo ano de 1737. Ela encontra-se anexada a um pedido de arrendamento das passagens que, em princípio, pertenceria ao *descobridor* (Resgate, Cap. de Goiás, 1, doc.289). Mesmo havendo interesse em destratar o bandeirante, a data recuada do documento indica não ser a suposta doação o motivo das desavenças com a metrópole.

A situação final de Bartolomeu Bueno da Silva, filho, induziu os cronistas a comentarem a *injustiça* com o nobre descobridor. Luís Antônio da Silva e Souza fala com admiração de como “um cidadão útil”, que fez “assinalados serviços ao Estado”, nos legando “o vantajoso descobrimento de Goyaz”, tenha caído nessa situação de “decadência” (1998, p. 82). Alencastre carrega mais nas tintas, construindo uma espécie de epitáfio após tratar da morte do famoso bandeirante⁸:

Era Bueno distinto por seu nascimento, porque descendia desse Amador Bueno, tão célebre nos anais da Capitania de S. Vicente, e como este também fiel, honrado e probo: rico de bens da fortuna, empobreceu no serviço da pátria. (...) Aquele que houvera ornado o diadema português com um brasão de inestimável preço, que tinha dado milhões aos cofres reais; que sacrificara a sua fortuna em bem do Estado e do serviço do rei, que por tantas tribulações e sofrimentos passara, - nos últimos dias de sua existência, em vez de recompensa dos seus serviços, devia ser punido com a vergonha de um seqüestro por haver recebido uma esmola! (1979, p.80).

A canonização do personagem é nítida: ele seria um herói da “pátria”. O parágrafo foi redigido contrastando o bandeirante dedicado e honrado ao rei injusto; os milhões que acarretou à metrópole e a sua pobreza final; a recompensa justa esperada e a punição recebida. A adjetivação corrobora com os fatos apontados, induzindo ao espírito cívico. Somente no nível espiritual a justiça pode prevalecer: “Deus que é justo

⁸ A data do falecimento seguida, 19 de setembro de 1740, é a dada por Silva e Souza (id, ibid.). Não há notícias ou documentos que a confirmem. Taunay (1975, p.243) prefere o ano de 1738, o que excluiria Bueno da criação de Vila Boa.

e providente, chamou a vítima à sua mansão celeste, para preservá-la da dor atroz que sentiria por tão desapiedado e profundo golpe!” (id, ibid.).

Mas a lembrança dos feitos grandiosos também poderia redimir tal injustiça. Americano do Brasil, no início do século XX, conclamava a tal ação coletiva de “homenagem póstuma”:

É das figuras mais dignas de ser memoradas no dia de hoje, já por ter sido o iniciador da edificação dessa cidade (Goiás), já pela importância de seu papel na história geral deste Estado. Tendo por sua ousadia reunido novos padrões à férrea grandeza de Portugal, tendo enfeixado em suas mãos as mais altas honras que poderia aspirar, entretanto, Bartolomeu Bueno, no último estágio de sua vida, foi um desprezado, tendo deixado de existir na maior miséria (BRASIL, 1980, p.32).

A manipulação dos eventos favorece ao trato heroicizado, ou seja, a história é colocada nestes autores a serviço da memória e do presente. A transformação direciona-se para a formação de um mito fundador, algo que pertenceria à própria identidade goiana. Como escreveu Dr.Americano, a “memória imperecível de Bartolomeu Bueno (...) há de viver em coração humano enquanto existir o último goiano” (id, ibid.).

A HISTÓRIA NO CORAÇÃO

Nesses parágrafos, o método crítico e erudito da historiografia clássica, manifesto em outros trechos das obras citadas, torna-se bastante atenuado. É o que acarreta a introdução da história no *coração*. Ela, na verdade, não perde sua racionalidade, mas ganha elementos que suplementam os da investigação.

A transformação na imagem do segundo Anhanguera demonstrada por meio da historiografia converge com os estudos lingüísticos das narrativas míticas e folclóricas. Estudos importantes dessa temática foram feitos pelo russo Vladimir Propp (1970), que tentou identificar as “funções”⁹ básicas dos personagens neste tipo de conto.

Comparando com a caracterização da vida de Bartolomeu Bueno, como tomou forma na historiografia de Goiás, encontramos vários pontos de contato: o nascimento nobre, a aventura fora do conforto do lar, a prova/desafio de encontrar o ouro, a superação e a vitória momentânea, o segundo desafio da administração, o elemento

⁹ A definição de função neste caso indica “a ação de um personagem, definida do ponto de vista de sua significação no desenrolar da intriga” (PROPP, 1970, p.31).

coadjutor (o governador) e a vitória final contra o rei mau (simbolicamente na memória social).

Contudo, os “contos maravilhosos” estudados por Propp (1970) não são narrativas históricas. No fim dos contos, o herói deve terminar rico e feliz. Esse não foi o caso de Anhanguera, que morre *injustiçado*. Tal característica nos *mitos históricos*, aponta-nos Freud, é relevante.

O criador da psicanálise realizou em *Moisés e o Monoteísmo* (1975) interessantes análises da memória coletiva judaica, que se pretende enraizada justamente na história. Alguns elementos colocados por ele e por Propp são comuns (id, p.23-26). Mas considerando a relação das narrativas com a historicidade de modo muito mais enfático, ele analisa melhor os caminhos tortuosos da mitificação. Ela ocorreu com personagens históricos como Moisés, dentro do judaísmo, e Jesus, no cristianismo, temas da obra freudiana.

Inicialmente, os defeitos e traumas ocorridos seriam apagados pela tradição emergente, do mesmo modo que ocorre na neurose (id, p.91). As extremidades das narrativas são destacadas em detrimento do “miolo” das séries factuais (p.92). A personagem em heroicização é hipostasiada na figura de um bom pai (p.102). A “verdade histórica” passa, então, a funcionar no quadro de um “delírio” (p.105).

Morrer como um mártir, como um guerreiro injustiçado, leva ao remorso coletivo e ao cultivo (ou culto) através da tradição reproduzida (p.110). Basta observar o citado raciocínio de Americano do Brasil, segundo o qual Anhanguera morreu para permanecer eternamente no coração goiano. Freud, obviamente, está tratando em seu estudo de fundadores de religiões¹⁰, mas as intuições histórico-psicológicas que levanta, cremos, ajudam a refletir sobre a heroicização do bandeirante em Goiás.

O caráter intrépido, corajoso, aventureiro, sonhador, capaz de lutar pelo enriquecimento, de si e da pátria, confere auto-estima aos *herdeiros* do fundador. Esse poderoso e amável “pai” é um modelo de ação, alguém a ser imitado socialmente. Por outro lado, tal onipotência, lembra-nos Freud, desperta o temor e a conseqüente noção de limite (id, p.131). Na perspectiva psicanalítica, o temor e admiração são constituintes importantes no campo da religião e no da política.

¹⁰ Vladimir Propp igualmente aproxima a formação dos contos e “as antigas representações religiosas” (1970, p.176).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perguntarmos por que a história do Ananguera tornou-se a narrativa fundadora de Goiás, lançamos, assim, a hipótese pela correlação entre o primeiro representante do Estado e sua posterior reprodução através de uma tradição mítica da figura bandeirante. Tanto o Estado quanto a religião, demonstrou Gauchet (1985), possuem essa *dívida mítica* em seu fundamento. A tradição co-memorativa tenta “pagá-la” repetidamente, mas nunca consegue quitá-la.

Neste sentido, podemos definir melhor o que seria um mito histórico: *Uma narrativa geradora de práticas, apropriada por um grupo social, que traveste um conjunto de valores com um conjunto de eventos*. Ao chamar a tradicional história anhanguerina de mito fundador, lembramos o processo de busca das origens, algo que nunca é eminentemente histórico. Por quê? Porque esse tempo das origens é um tempo reversível, bem distinto do cronológico. O espaço também é relativizado, podendo a narrativa ser reatualizada em diferentes contextos (ELIADE, 1992). Tais utilizações tentam colocar o saber histórico a serviço de uma manutenção identitária.

Sendo mais uma inflexão que uma reflexão (BARTHES, 1982:139), a função ideológica dos mitos é bem evidente. Identificamos, neste texto, os traços míticos da história de Bartolomeu Bueno, o filho, não para destruir algo, mas para trazer aos cidadãos/as a importante tarefa de deslegitimar os usos conservadores do passado, que intentam eternizar situações e negar a própria história.

ABSTRACT

QUADROS, Eduardo Gusmão. Ananguera: myth and Goiás' founder. *Temporis[ação]*, Goiás, v. 1, n° 9, Jan/Dez 2007.

The *bandeirante's* figure has being seen as the society's 'father' in Goiás' historiography. In this text, we study the ways that the past writing converted them into heroic characters, raising a tradition about its origins and as a result, bringing the historical discourse near the mythological one.

Keywords: Bandeirante, Historiography, Identity, Goiás

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Fontes Manuscritas

a.1 - Arquivo Histórico Estadual de Goiás

Livros de Cópias das Cartas de Ofícios a ministros... (1735-1751)

a.2 - Instituto de Pesquisas e estudos Históricos do Brasil Central

Resgate. *Documentos Avulsos da Capitania de Goiás, CD-Rom 1*

Resgate. *Documentos Avulsos da Capitania de São Paulo, CD-Rom 1*

b) Fontes Impressas

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

ALENCASTRE, José M. P. de. *Anais da província de Goiás*. Goiânia: SUDECO, 1979.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982.

BERTRAN, Paulo (ed.). *Notícia Geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: SGC, 1997.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora UFG, 2002.

Brasil, Americano do. *Pela História de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1980.

Cartas dos governadores de Goiás (1724-1736). *Revista do Arquivo Histórico Estadual*, 2, 1980, pp.35-55.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano (vol.1)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAUL, Nasr F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora UFG, 1988.

CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

COELHO, Gustavo Neiva. *Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia: Editora da UCG, 1996.

ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FREITAS, Lena Castello Branco F. de. *Goiás: História e cultura*. Goiânia: Descubra, 2004.

GAUCHET, Marcel. *Le désenchantement du monde*. Paris: Gallimard, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1994.

NORA, Pierre (dir.) *Les Lieux de Mémoire*. 2ª ed. Paris: Gallimard, 1997.

PALACIN, Luís e Moraes, Maria Augusta de S. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (vol.3)*. São Paulo: Papirus, 1997.

TAUNAY, Affonso de E. *História das bandeiras paulistas (tomo II)*. 3ª ed. São Paulo: Edições melhoramentos, 1975.

TELLES, José Mendonça. *Dicionário do escritor goiano*. Goiânia: Kelps, 2000.